

DE BRASÍLIA



Agricultura já se cansou de atos políticos

Jorge Rosa

O êxodo rural tem crescido a taxas excessivamente elevadas e tende a se agravar caso não sejam tomadas providências urgentes para promover a fixação do homem no campo. Entretanto, se depender do projeto de Constituição que está sendo "costurado" na Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte, a tendência é de agravamento do quadro atual. Um dos fatores que poderá contribuir para acelerar o natural processo de transferência de população do meio rural para o urbano é a emenda do senador Nélson Carneiro, que impede a penhora de propriedades rurais com menos de 25 hectares.

A boa intenção do senador foi impe-

dir que os pequenos proprietários percam suas propriedades, quando penhoradas pelos bancos como garantia de pagamento dos financiamentos tomados para o plantio das safras. Nada mais do que justo proteger os bens desses pequenos agricultores, mas impedi-los de ter acesso aos financiamentos bancários pode não ser a melhor alternativa. O resultado pode ser exatamente o inverso. Os bancos, que infelizmente não são agências de assistência social, não vão querer emprestar sem uma garantia sólida, impedindo os pequenos produtores de ter acesso a qualquer perspectiva de modernização.

Os que defendem a emenda do senador Nélson Carneiro entendem que na legislação ordinária poderão ser criados mecanismos compensatórios. Um deles seria transferir ao Banco do Brasil a responsabilidade pelos financiamentos aos pequenos produtores, que ficariam livres de pagar seus empréstimos. Os possíveis prejuízos serão cobertos pelo Tesouro ou assumidos pelos acionistas do banco. Um outro caminho seria estabelecer um sistema de seguro integral, dando condições aos agricultores de buscar recursos em outras fontes. Neste caso, as indenizações do seguro serão cobertas igualmente pelo Tesouro, pois os pequenos produtores dificilmente terão condições de pagar o prêmio exigido para um sistema de seguro agrícola.

Procurou-se resolver um problema social grave, que é a perda das pequenas propriedades rurais, pelo caminho mais fácil, ou seja, por decreto. Só que no caso específico não se trata de um sim-

ples decreto, mas a carta magna do País. A emenda do senador Nélson Carneiro vai atingir mais de quatro milhões de propriedades. O último censo agropecuário (1985) indica que existem no País 3.903.998 imóveis rurais com menos de 20 hectares, de um total de 5.820.987. Com 100 ou mais de 100 hectares existem apenas 568.722 imóveis.

Os constituintes deveriam se preocupar muito mais em promover os meios de promoção social dos pequenos agricultores do que baixar editos de caráter puramente demagógicos. Um dos aspectos mais críticos, por exemplo, é o da educação.

O Anuário Estatístico do IBGE (1986) revela que das pessoas com 10 anos ou mais, do meio rural brasileiro, 38,7% eram analfabetas ou tinham menos de um ano de instrução, enquanto que no meio urbano 14,5% encontravam-se nesta situação. A pesquisa não inclui a região Norte. No Nordeste, especificamente, esses percentuais se elevam para 54,9% e 25,6%, respectivamente. No Nordeste estão concentrados 72,3% dos imóveis rurais com menos de 5 hectares.

Os dados oficiais indicam que as 5,8 milhões de propriedades ocupam 376,3 milhões de hectares. Desse total, 21,4 milhões de hectares estão distribuídos por 3,9 milhões de propriedades, com áreas individuais de até 20 hectares. A média seria de 5,5 hectares por propriedade. Mas não se discute aqui a questão da concentração de terras em mãos de um reduzido número de agricultores, mesmo porque a reforma agrária para ser bem-sucedida deverá promover a

tecnificação do agricultor. Isso significa a necessidade de preparar 10,1 milhões de pessoas que possuem baixíssimo nível de instrução.

Elizeu Alves, atual presidente da Companhia de Desenvolvimento do Vale do S. Francisco (Codevasf), em seu trabalho "Os desafios da extensão rural brasileira", adverte que "a agricultura moderna demanda graus crescentes de instrução dos agricultores, melhor preparo dos técnicos e inteligente política econômica. Da instrução nasce a melhor capacidade para assimilar as modernas técnicas: é condição necessária para o associativismo e para uma organização rural progressista. Sem a escola rural, a das vilas e das pequenas cidades, a sina do pequeno produtor é ser derrotado pelo progresso". Não basta que lhe proíba o acesso ao crédito rural, mas que lhe proporcione os meios necessários para utilizar eficientemente as técnicas mais modernas de agricultura. Mesmo que venham a ficar livres das penhoras bancárias, os agricultores não estão proibidos de vender suas propriedades e engrossar as correntes migratórias com destino aos centros urbanos.

"Não se pode esquecer que os pequenos agricultores não estão isolados da agricultura que se moderniza, seja ela de pequeno, médio e grande porte", adverte Elizeu Alves. Atualmente, 73% da população brasileira vive nos centros urbanos. Desse total, 58,4% recebiam em 1985 menos de um salário mínimo mensal ou não tinham rendimento nenhum.

O autor é jornalista especializado em assuntos agrícolas e chefe da sucursal de O Estado em Brasília